



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Processo nº 5093576-31.2022.8.21.0001

24º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Novembro de 2024

28/02/2025

Sumário

Introdução	
Sobre este Relatório	3
Cronograma Processual	4
Descrição da Recuperanda	
Descrição e Histórico das Entidades	6
Estrutura Societária	7
Quadro Funcional	8
Análise Financeira	
Balço Patrimonial	9
Demonstração do Resultado do Exercício	13
Endividamento	14
Indicadores	16
Plano de Recuperação Judicial	18
Resultado dos leilões da UPI-SJT	20
Alienação da UPI-STJ	21



Sobre este Relatório

Este Relatório Mensal de Atividades (“RMA”) reúne, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial das empresas Instituição Educacional São Judas Tadeu e Nova Era Participação, Administração e Empreendimentos Ltda. Os dados foram coletados e analisados pela RDV Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda. No que tange às informações contábeis e financeiras, estas foram enviadas diretamente à Administradora Judicial e a sua análise foi complementada através de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda, sendo que os dados jurídicos foram extraídos dos autos da Recuperação Judicial.

Todos os dados financeiros, contábeis, fiscais e trabalhistas fornecidos pela Recuperanda devem ser encaminhados mensalmente ao Administrador Judicial até o dia 25 de cada mês respectivo. Após o recebimento da totalidade das informações, o Administrador Judicial, depois da análise pormenorizada e o tratamento dos dados, apresenta o Relatório Mensal de Atividades – “RMA” – dentro da competência mensal.

As informações para realização deste relatório referentes ao período de agosto a novembro/24 se referem apenas à empresa São Judas, visto que a documentação da Nova Era já foi analisada no relatório anterior. Não foram fornecidos os documentos de dezembro de 2024 de nenhuma das Recuperandas.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração deste relatório estão disponíveis para consulta mediante solicitação à Administração Judicial.

Por oportuno, salienta-se que a atual responsável técnica pela contabilidade da empresa Nova Era Participação, Administração e Empreendimentos Ltda. e da Instituição Educacional São Judas Tadeu é a contadora Fabiana Silva da Silva, inscrita no CRC sob o nº RS-072539/0-6. Ainda, ressalta-se que o RMA reflete a análise técnica e contábil limitada às informações disponibilizadas pela Recuperanda, não exaustivas sobre a situação das empresas.

Cronograma Processual



Cronograma Processual



Descrição e Histórico das Entidades

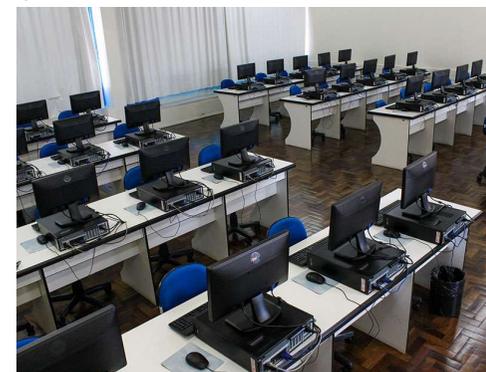
Fundada no ano de 1946, pela iniciativa de uma jovem imigrante húngara, Elisa Verinha Romak Alves, a Instituição São Judas Tadeu iniciou suas atividades com uma escola de 12 alunos. Chegando a contar com quase 200 colaboradores e cerca de 150 professores, operando em uma área física de 6,5 mil m², 37 salas de aula, 5 laboratórios de informática, ginásio poliesportivo, biblioteca, piscina semiolímpica, áreas de recreação e áreas de atividades administrativas, além de espaços físicos externos de atendimento a diversos projetos sociais.

Em 2021 mais de um terço dos estudantes abandonaram seus cursos e a inadimplência nos cursos privados também cresceu em níveis maiores que 2015, registro da última grande crise econômica no Brasil.

Entre os fatores que desencadearam a crise, pode-se citar dois que foram cruciais para esse declínio, o primeiro a grande crise econômica de 2015, e o segundo as novas instituições que invadiram o mercado gaúcho com diversos cursos online, muitas em modalidade EAD com valores muito abaixo do mercado local, gerando uma concorrência feroz.

Conforme narrado, a queda de alunos, principalmente no ensino infantil, refletiu diretamente nas receitas que sustentam o grupo. No período que antecedeu a crise, apresentou perdas econômicas expressivas, não absorvidas mesmo com ajustes na operação, obrigando a gestão buscar recursos com terceiros, se submetendo aos juros e imposições das instituições financeiras, levando ao estrangulamento do caixa.

Fonte: <<http://www.saojudastadeu.edu.br/matriculas/tour-virtual.html>>.





Estrutura Societária

Instituto Educacional São Judas Tadeu

Rua Dom Diogo de Souza, 100 – Cristo Redentor – CEP: 91350-000 – Porto Alegre/RS

CNPJ 92.968.106/0001-00

Objeto social: associação educacional privada

Diretora Presidente (50%): Andrea Valeska Mierczynski

Vice-Diretor Presidente (50%): Luiz Mierczynski Neto

Nova Era Administração e Locação de Bens Imóveis Ltda.

Rua Dom Diogo de Souza, 100 – Cristo Redentor – CEP: 91350-000 – Porto Alegre/RS

CNPJ 87.065.942/0001-36

Objeto social: aluguel de imóveis próprios

Sócia-Administradora (61%): Sandra Diamantina Mierczynski

Sócia-Administradora (13%): Adriana Mierczynski

Sócio-Administrador (13%): Luiz Mierczynski Neto

Sócia (13%): Andrea Valeska Mierczynski

Quadro Funcional

Com o encerramento da atividade operacional, a São Judas não forneceu documentação de quadro funcional para o período. Na documentação contábil de novembro/24, constava o valor de R\$ 3 milhões devidos relativos a ordenados e salários a pagar.

Composição de Ordenados e Salários a Pagar - Nov/24	
Provisão 13º salário	782.083
Rescisões	685.494
Salários a professores	620.064
Provisão de férias	281.536
Salários a funcionários	310.176
Autônomos	170.768
Férias	42.734
Pró-labore	56.442
Pensão alimentícia	13.249
Mensalidades desc. folha	(1.104)
Total	2.961.442



Balço Patrimonial

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu				
	Jul/24	Ago/24	Set/24	Out/24	Nov/24
Ativo	11.656.852	11.722.308	11.775.066	11.827.316	11.864.889
Circulante	5.735.211	5.784.791	5.835.106	5.894.553	5.937.331
Disponível	36.992	49.867	62.443	57.324	48.604
Créditos	5.684.467	5.720.886	5.760.195	5.823.492	5.877.622
Valores a receber	5.666.439	5.691.821	5.730.492	5.784.206	5.793.523
Adiantamentos a Fornecedores	18.029	29.065	29.703	39.286	84.099
Estoques	13.751	14.037	12.468	13.737	11.106
Não circulante	5.921.641	5.937.517	5.939.960	5.932.763	5.927.557
Realizável a longo prazo	560.350	562.065	563.455	568.213	573.414
Partes Relacionadas	115.959	115.959	115.959	115.959	115.959
Bloqueios Judiciais	444.391	446.105	447.495	452.253	457.455
Investimento	3.432	29.568	42.577	42.577	42.996
Imobilizado	743.339	731.365	719.409	707.454	696.628
Intangível	4.614.519	4.614.519	4.614.519	4.614.519	4.614.519

Balço Patrimonial

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu				
	Jul/24	Ago/24	Set/24	Out/24	Nov/24
Passivo	14.534.647	15.016.351	16.276.623	16.686.970	16.979.773
Circulante	13.460.921	13.938.672	15.215.656	15.611.385	15.935.343
Obrigações trabalhistas	8.599.979	8.919.225	9.361.104	9.803.699	10.166.641
Obrigações tributárias	2.613.436	2.702.338	2.841.508	2.919.236	3.003.999
Fornecedores	1.109.132	1.202.730	2.117.236	2.256.651	2.339.309
Empréstimos e financiamentos	1.138.374	1.114.379	895.808	631.799	425.394
Não circulante	83.562.430	83.581.236	83.564.524	83.579.141	83.547.986
Empréstimos e financiamentos	-	24.936	24.389	23.760	23.760
Obrigações tributárias	77.304.597	77.304.597	77.304.597	77.304.597	77.304.597
Recuperação Judicial	6.110.732	6.110.732	6.110.732	6.110.732	6.110.732
Receitas antecipadas	147.101	140.970	124.805	140.052	108.896
Patrimônio líquido	(82.488.704)	(82.503.556)	(82.503.556)	(82.503.556)	(82.503.556)
Capital social	4.832.491	4.832.491	4.832.491	4.832.491	4.832.491
Prejuízos acumulados	(87.321.195)	(87.336.047)	(87.336.047)	(87.336.047)	(87.336.047)



Balanço Patrimonial

São Judas Tadeu

Ativo

Disponibilidades (R\$ 48.603,72): corresponde ao valor de contas bancárias, ratificados pelos extratos bancários enviados, com exceção da conta 130004898 no Banco Santander, que apresentou o valor de R\$ 383,64 na documentação contábil, mas constava saldo de R\$ 979,46 no extrato. Os recebimentos eram referentes às mensalidades de contratos dos alunos, enquanto os principais pagamentos eram com salários, securitizadoras e empréstimos. Entre julho e novembro/24 apresentou acréscimo de R\$ 11,6 mil.

Valores a receber (R\$ 5.793.523,10): compreende, principalmente, valores a receber de mensalidades (R\$ 5,2 milhões), além das empresas de financiamentos estudantis que, em sua maioria, são do FIES, no montante de R\$ 575,3 mil.

Estoques (R\$ 11.106,08): rubrica composta exclusivamente por materiais de almoxarifado.

Realizável a longo prazo (R\$ 573.414,10): refere-se a valores de mútuo no total de R\$ 116 mil com a empresa São Judas, empresa vinculada ao grupo que atualmente se encontra com a situação cadastral suspensa. A conta também é composta por bloqueios judiciais na monta de R\$ 457,5 mil, referentes a 5 processos trabalhistas (R\$ 199,6 mil), outros bloqueios (R\$ 251,3 mil) e cartão – bloqueio penhora judicial (R\$ 6,6 mil).

Investimentos (R\$ 42.996,34): compreendem títulos de capitalização junto ao Banrisul (R\$ 19,5 mil), além de participações societárias (R\$ 23,5 mil), que apresentou a sua primeira movimentação em desde 2021, com aumento de R\$ 13 mil em setembro/24. O acerto entre contas referente aos saldos de capitalização e consórcio com o Banrisul devido a lançamentos indevidos realizados em 11/11/2022, que ocasionou redução no saldo de Investimentos com essa instituição financeira em março/24, foi reclassificado para o passivo não circulante da empresa em agosto/24.

Imobilizado (R\$ 696.627,50) e Intangível (R\$ 4.614.519,37): A única variação observada no período diz respeito à depreciação de R\$ 46,7 mil no imobilizado.



Balanço Patrimonial

São Judas Tadeu

Passivo

Obrigações Trabalhistas (R\$ 10.166.641,47): corresponde especialmente às obrigações previdenciárias (R\$ 7,2 milhões), que apresentaram aumento de R\$ 667,8 mil entre julho e novembro/24, devido principalmente ao saldo de INSS a Recolher (R\$ 5,8 milhões). É composta, também, por FGTS a Recolher (R\$ 1,2 milhão), Provisão de 13º Salário (R\$ 782,1 mil), Rescisões a Pagar (R\$ 686,5 mil), Salários a Pagar Professores (R\$ 620,1 mil), além de outras rubricas de menor monta. De forma conjunta, a conta aumentou seu saldo em R\$ 1,6 milhão no período.

Obrigações Tributárias (R\$ 80.308.596,57): contempla, em sua maioria, valores de dívida ativa com a PGFN alocados no longo prazo no montante de R\$ 77,3 milhões, enquanto no curto prazo os valores se referem, principalmente, a IRRF (R\$ 1,4 milhão), ISSQN (R\$ 775,2 mil) e COFINS (R\$ 492,6 mil). Entre julho e novembro/24 a conta apresentou aumento de R\$ 390,6 mil, devido especialmente aos saldos de IRRF, ISSQN e COFINS. Atualmente a empresa não possui parcelamentos ativos, tendo em vista que todos foram rescindidos.

Fornecedores (R\$ 2.339.308,82): abrange principalmente valores devidos à Nova Era (R\$ 292,8 mil), com correspondência exata no ativo dessa, e fornecedores a pagar (R\$ 2 milhões). A rubrica teve um incremento de R\$ 1,2 milhão no seu montante entre julho e novembro/24.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ 449.153,41): é composto por débitos no curto prazo junto à Seja Securitizadora S.A. (R\$ 415,8 mil), referentes a antecipações de títulos, e por empréstimo consignado junto ao Santander (R\$ 9,6 mil), além do consórcio com o Banrisul (R\$ 23,8 mil), que foi reclassificado para o passivo não circulante, como já mencionado. Demonstrou redução de R\$ 713 mil no período, em razão do saldo com a Seja Securitizadora S.A.

Recuperação Judicial (R\$ 6.110.732,41): rememora-se que essa conta se apresentava zerada até novembro/23, demonstrando aumento de R\$ 6,5 milhões em dezembro/23, em razão das realocações dos saldos de Obrigações Trabalhistas, Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos. A conta não apresentou variação no período.

Demonstração do Resultado do Exercício

São Judas Tadeu (em R\$)

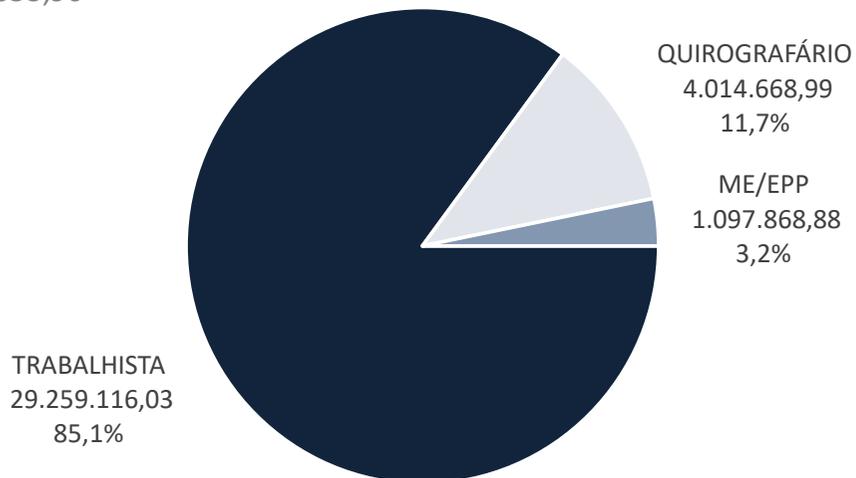
	São Judas Tadeu				
	Jul/24	Ago/24	Set/24	Out/24	Nov/24
Receita bruta	689.228	743.235	737.910	726.896	720.191
Deduções	(99.717)	(103.900)	(95.801)	(79.956)	(104.345)
Receita operacional líquida	589.510	639.335	642.109	646.940	615.847
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	-	-	-
Lucro bruto	589.510	639.335	642.109	646.940	615.847
Despesas operacionais	(653.539)	(744.627)	(679.539)	(715.507)	(599.010)
Despesas gerais e administrativas	(74.809)	(84.691)	(962.481)	(79.950)	(69.184)
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	(138.838)	(189.983)	(999.910)	(148.517)	(52.347)
Receitas financeiras	1.753	4.536	13.927	930	441
Despesas financeiras	(307.219)	(230.801)	(221.532)	(210.510)	(203.324)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	(444.303)	(416.247)	(1.207.515)	(358.097)	(255.230)
IR e CSLL	-	-	-	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	(444.303)	(416.247)	(1.207.515)	(358.097)	(255.230)

Entre julho e novembro/24, o faturamento bruto apresentou aumento de 4,5%, totalizando R\$ 720,2 mil, obtidos das mensalidades pagas. As despesas operacionais representaram 83,2% da receita bruta no período. Após o cômputo das despesas financeiras, as quais totalizaram R\$ 203,3 mil e têm como seu maior valor os descontos fornecidos nas mensalidades, a empresa auferiu prejuízo líquido de R\$ 255,2 mil. A Recuperanda acumulou resultado negativo de R\$ 5,1 milhões em 2024 até novembro.

Endividamento

Passivo RJ | Art. 7º (em R\$)

34.371.653,90



Observa-se, conforme informações prestadas no Processo nº 5093576-31.2022.8.21.0001, que a classe com maior representatividade de valor era a Trabalhista, representando 85,13% do passivo concursal total. A Classe III - Quirografários representava 11,68% e a Classe IV – ME/EPP, 3,19% em relação ao valor do passivo concursal total. Destaca-se que os valores expostos estão de acordo com o edital do art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005.

Maiores credores		Classe	Valor (R\$)
Sindicato dos Professores do Estado do RS		TRABALHISTA	14.214.641
Sindicado dos Trab. Admin. Escolar RS (SINTAE)		TRABALHISTA	1.084.466
Banco Santander		QUIROGRAFÁRIO	940.268
Jamair Administradora de Bens		QUIROGRAFÁRIO	860.651
Graziela Ervalho Loureiro dos Santos		TRABALHISTA	495.887

Classe	% da Classe	Valor (R\$)
TRABALHISTA	85,13%	29.259.116
QUIROGRAFÁRIO	11,68%	4.014.669
ME/EPP	3,19%	1.097.869
TOTAL	100,0%	34.371.654

Endividamento

Passivo Extraconcursal

Como já explicitado, no relatório anterior foi analisado o período de agosto a novembro/24 da empresa Nova Era, enquanto o mesmo período está sendo analisado nesse RMA para a São Judas. Dessa forma, será demonstrado aqui o valor consolidado das Recuperandas ao final de novembro/24. Dentre o montante relacionado na contabilidade como passivo tributário em novembro/24 (R\$ 97.660.462,62), a dívida ativa – PGFN (R\$ 87,6 milhões) apresentou maior representatividade ante o todo. Não havia parcelamentos ativos.

São Judas Tadeu	Nov/24
PREVIDENCIÁRIO - PGFN	51.608.205,93
DEMAIS DÉBITOS - PGFN	20.883.815,12
FGTS - PGFN	4.812.576,35
INSS A RECOLHER	5.836.838,14
IR S/FOPAG A RECOLHER	1.388.956,13
FGTS A RECOLHER	1.209.152,73
ISSQN S/ FAT A RECOLHER	692.054,38
COFINS S/ FAT A RECOLHER	492.590,06
PIS S/ FAT A RECOLHER	106.727,84
ISSQN RETIDO A RECOLHER	83.171,29
PIS S/FOPAG A PAGAR	77.566,40
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	91.559,87
IRRF A RECOLHER	28.088,66
INSS RETIDO A RECOLHER	2.135,82
TOTAL	87.313.438,72

Nova Era	Nov/24
DÉBITOS PGFN	10.309.706,47
INSS A RECOLHER	23.870,00
COFINS S/ FATURAMENTO	9.360,10
PIS S/ FATURAMENTO	2.032,14
IR S/ FOPAG A RECOLHER	1.581,91
IRPJ A RECOLHER	295,80
CSLL A RECOLHER	177,48
TOTAL	10.347.023,90

Passivo Tributário (Consolidado)



Indicadores

Liquidez

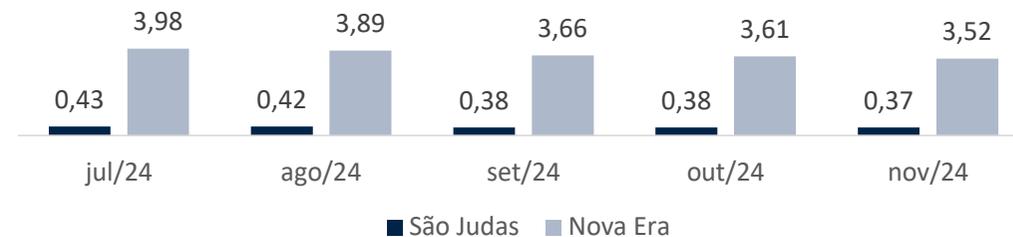
Conforme Assaf Neto (Estrutura e Análise de Balanços, 12ª ed., 2010) temos que os indicadores de liquidez demonstram a capacidade financeira de uma entidade em honrar seus compromissos. A liquidez corrente evidencia o montante disponível no curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo. A liquidez seca faz o mesmo cálculo, deduzindo-se os estoques e as despesas antecipadas, visando demonstrar a representatividade de itens monetários de alta liquidez para saldar suas dívidas de curto prazo. Por fim, a liquidez geral realiza esse mesmo comparativo analisando os ativos e passivos de curto e longo prazo. Temos:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

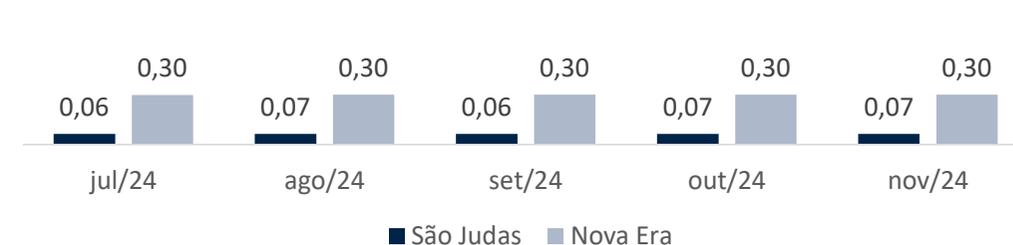
Corrente



Seca



Geral



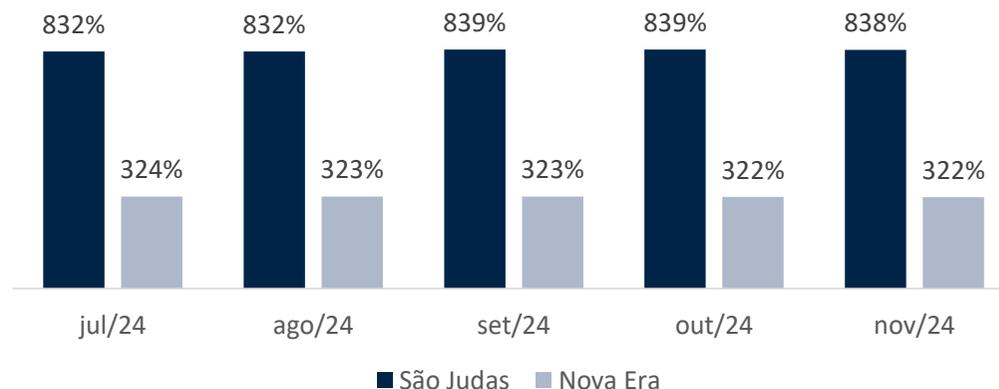
Indicadores

Endividamento

De acordo com Málaga (Análise de Demonstrativos Financeiros e da Performance Empresarial, 3ª ed., 2017) se estabelece que a proporção de capital de terceiros sobre os recursos totais poderá ser medida através do índice de endividamento, indicando o percentual de financiamento de terceiros para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido. A Administração Judicial destaca que a interpretação desse indicador pode se distorcer quando o valor do patrimônio líquido for negativo, como é recorrente para empresas em Recuperação Judicial. Temos:

$$\text{Índice de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Índice de Endividamento



Plano de Recuperação Judicial

Proposta de Pagamento (Valores em R\$)

O Modificativo ao PRJ (Plano de Recuperação Judicial) prevê a alienação de UPI (Unidade Produtiva Isolada) na forma do imóvel onde está situada a faculdade e o colégio, obrigando-se o comprador a absorver 50% dos colaboradores ativos, pelo valor mínimo de R\$ 18.500.000,00 através de leilão. Do valor arrematado, 30% será destinado ao parcelamento de débitos fiscais, caso tais recursos não sejam utilizados para tal fim, serão destinados para o pagamento de credores da Classe I. A Recuperanda prevê utilização de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 para pagamento de demais débitos extraconcursais. Feitas as retenções para o pagamento do passivo extraconcursal, 90% do saldo remanescente será destinado ao pagamento da classe I e 10% para os credores da classe III e IV. Os pagamentos remanescentes deverão ser realizados em até um ano da homologação do PRJ.

Em 19/12/2023 foi concedida a Recuperação Judicial, homologando o Plano de Recuperação Judicial.

CONDIÇÕES DO PLANO				
Classe	Valor RJ	Pagamento	Ordem de prioridade	Forma de recebimento
Classe I - Trabalhista	90% do saldo remanescente	O valor total será dividido pela quantidade de credores arrolados (naquele momento) na classe I. Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem de prioridade estabelecida. A diferença entre o valor individual do rateio e o valor do crédito liquidado será lançada como saldo para o rateio seguinte, obedecendo as mesmas regras anteriores.	1º Créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de recuperação judicial até o limite de 5 salários mínimos	Em até 30 dias a contar do primeiro depósito referente à arrematação da UPI
			2º Todos os credores cujo valor seja igual ou inferior ao montante do rateio	Prazo de 01 ano após a homologação do PRJ.
			3º O credor cujo crédito foi superior ao valor do rateio receberá até o limite do rateio.	Prazo de 01 ano após a homologação do PRJ.



Plano de Recuperação Judicial

Proposta de Pagamento (Valores em R\$)

CONDIÇÕES DO PLANO						
Classe	Valor RJ	Subclasse	Deságio	Prazo	Periodicidade	Correção
Classe III – Quirografários E Classe II – ME/EPP	10% do saldo remanescente	Financeiros	60%	Até 36 meses	Parcela única	TR + 0.5% a.a..
		Demais	95%	Até 36 meses	Parcela única	TR + 0.5% a.a.



Resultado dos leilões da UPI-SJT

Apesar do trabalho de pesquisa e publicidade realizado pelo leiloeiro, em um primeiro momento o leilão havia registrado um resultado negativo devido à ausência de licitantes.

O leiloeiro apresentou parecer destacando as características e particularidades que foram determinantes para a definição do valor de avaliação, entre as quais se destacam:

18-Entre os principais (entre tantos outros) fatores que são importantes para se chegar ao valor de venda para o complexo ora sob exame, impera o Valor de Desmonte, que é aquele que afeta nos casos em que os bens aqui tratados da maneira como atualmente se apresentam **não oferecem justificada atratividade econômica.**

19-Tudo cria óbices na motivação dos eventuais compradores, ao ponto de os próprios eventuais arrematantes desinteressarem-se, a não ser por razões que de alguma forma os possam motivar. Acaciana e obviamente a melhor motivação para a aquisição de bens em leilões é o preço adequado. E aí entra uma das mais poderosas leis de mercado, a da oferta e da procura, onde o valor atribuído a um determinado bem está diretamente vinculado à sua utilidade.

O exposto acima foi resultado de inúmeras conversas com diversos contatos, uma vez que, nas presentes condições de oferta, o interesse de possíveis compradores estava significativamente comprometido.



Alienação da UPI-SJT

No Evento 861, o Serviço Social do Comércio – Sesc realizou proposta de compra da UPI-STJ, pelo valor de R\$ 18.501.000,00, a qual foi homologada pelo juízo em 07/12/2024, no Evento 881, conforme segue:

“RECEBO e HOMOLOGO a proposta de arrematação do Serviço Social do Comércio – Sesc do evento 861, PET2 no valor de 18.501.000,00, com forma de pagamento à vista, mediante depósito em juízo em até 5 dias a contar da homologação da proposta condicionada a liberação dos valores à expedição da carta de arrematação, bem como o pagamento de comissão de 5% ao leiloeiro nos mesmos termos da arrematação.”

O pagamento foi efetuado na sua integralidade em 12/12/2024 e certificado nos autos no dia 13/12.

A Administração Judicial realiza o acompanhamento do cumprimento do PRJ no incidente nº 5093576-31.2022.8.21.0001.